

# SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE PROJETOS ESPECIAIS-PNUD

EQSW 103/104 1º Subsolo, Complexo Administrativo, Setor Sudoeste, CEP: 70.650-350 Telefones: (61) 3341-9448/3341-9208 FAX.: (61) 3341-9499

# PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 001\2012 DE 27/01/2012

# Projeto Para Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil

PROJETO PNUD BRA/07/G32

# <u>ATENÇÃO</u>

FAVOR ENCAMINHAR O CURRICULUM, COM BASE NO MODELO CONSTANTE DESTE EDITAL, POR CARTA REGISTRADA, ATÉ O DIA <u>10 DE FEVEREIRO DE 2012</u> PARA O SEGUINTE ENDEREÇO:

PROJETO PNUD BRA/07/G32 - PROJETOS ESPECIAIS INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO CAIXA POSTAL Nº 7993 70673-970 - BRASÍLIA - DF

Somente serão considerados no processo seletivo, os currículos, cuja identificação do **EDITAL E CÓDIGO DA VAGA** desejada estejam descritos na parte externa do envelope. O candidato que desejar concorrer a mais de uma vaga deverá encaminhar um currículo para cada código em envelopes diferentes.

Ressalta-se que: Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151 de 22/07/04 "É Vedada a contratação, a qualquer título, de Servidores Ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional".

**ESTE EDITAL TEM VALIDADE DE UM ANO** 

# TERMO DE REFERÊNCIA

- 1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) CODIGO BRA/07/G32 VAGA 05
- **2- Setor Responsável:** CGFLO-DIUSP **3 Diretoria:** ICMBio
- 4 Função do profissional a ser contratado: Técnico especializado de nível superior
- **5. Contexto:** Uma política ambiental bem formulada deve promover a mudança de comportamento da sociedade em geral, e mais especificamente por meio dos instrumentos econômicos em relação ao meio ambiente, encorajar a adoção de tecnologias ambientais que minimizem os impactos sobre os recursos naturais ao mesmo tempo em que geram desenvolvimento. Em linhas gerais a política ambiental deve aliar desenvolvimento com proteção ambiental. Os instrumentos de políticas ambientais mais difundidos são: a) instrumentos de comando e controle (regulação direta), b) instrumentos econômicos que viabilizam o uso dos recursos naturais de forma sustentável e com equidade, e de c) instrumentos de comunicação que estabeleçam diálogos com qualidade para a criação, adoção e entendimentos da área ambiental.

No Brasil a gestão ambiental pública, no que se refere aos processos produtivos e de informação, utiliza basicamente o instrumento de comando & controle que tem por base a criação de dispositivos legais (comando) e de mecanismos para garantir seu cumprimento (controle). De forma geral, este modelo se aplica em todo o território nacional. Neste contexto, as políticas ambientais estão estruturadas na aplicação da legislação ambiental (comando) e na fiscalização e monitoramento (controle da qualidade ambiental). Os procedimentos de licenciamento ambiental, os quais podem ocorrer por meio de órgãos federais, estaduais, e em alguns casos até municipais, muitas vezes geram superposição de atuação e/ou entendimento entre órgãos e instituições, o que consegüentemente gera confusão na relação com o público. Verificam-se, por exemplo, contradições e equívocos a depender da espera de governo: municipal, estadual e federal, demonstrando fragilidade no ordenamento e/ou sincronia de atividades correlatas que são implementadas tanto para o comando quando para o controle. Logo, o surgimento de questionamentos em torno de matérias diversas praticadas por órgãos é constante na agenda ambiental nacional. Além do mais, indefinições e sobreposições quanto aos limites de atuação dos órgãos, a natureza e o entendimento dos impactos de empreendimentos, podem negligenciar aspectos relevantes para a sua correta avaliação.

O Brasil se destaca como um país com a maior diversidade biológica do mundo, com aproximadamente 120 mil espécies da fauna. Destas, 627 são avaliadas como ameaçadas de extinção. Portanto, é grande a responsabilidade do governo brasileiro e isto o leva a atuar com vários órgãos no Sistema Nacional de Meio Ambiente. Por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, ocorre o desenvolvimento de estratégias para conhecer e proteger esta riqueza de espécies, além de recuperar aquelas ameaçadas de extinção. Já o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA atua, principalmente, no licenciamento de grandes projetos de infra-estrutura que envolva impactos em mais de um estado, nas atividades do setor de petróleo e gás na plataforma continental. As questões ambientais são compartilhadas com Órgãos integrantes do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) nas esferas estadual e municipal em que todo o modelo de comando e controle é aplicado para a matéria ambiental. Outros órgãos estão justapostos à questão ambiental, possuindo, contudo, agendas de trabalho paralelas. Portanto, existem intrincadas redes de informação e de ação na área ambiental que podem contribuir para o sucesso e/ou fracasso de ações na área ambiental.

**6. Justificativa:** O Projeto PNUD BRA/07/G32 tem como objetivo promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade por meio da pesquisa e da gestão, proteção, uso público adequado, incluindo o desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais presentes nas Unidades de Conservação Federais de Manguezais.

A principal ameaça aos ecossistemas é a forma com que acontece a atividade antrópica em todo o território e costa nacional. Alguns exemplos como a ocupação do solo em áreas transicionais que denotam duplicidade de entendimento pela legislação, os conflitos de interesse nos modelos de desenvolvimento adotados para estas áreas, a forma como ocorrem os processos de licenciamento de atividades potencialmente poluidoras para áreas frágeis, a justificativa fundamentada para as aquelas atividades de interesse público e bem social, podem ocasionar danos irreversíveis a todos os ecossistemas. Algumas situações típicas são a criação de aterros, lançamentos de esgotos, ocupação humana desordenada, construção de estradas, modificação da dinâmica estuarina, corte raso de vegetação, pesca predatória, entre outras formas de agressão.

Uma questão vigente e bastante controvertida sobre as áreas de mangue tem sido a interpretação equivocada das feições características dos manguezais, típicas deste ecossistema. Por ser formado por uma série de diferentes fisionomias vegetais que são resistentes ao fluxo das marés, contendo desde árvores, espécies arbustivas, bancos de lama e de sal, várias salinas e pântanos, o mangue pode criar diferentes interpretações do ponto de vista de sua utilidade e importância ecológica. Os apicuns, por exemplo, também chamados de salgados fazem parte destas fisionomias. São definidos como áreas ecótones, ou seja, configuram-se como uma zona de transição de solo geralmente arenoso, desprovida de cobertura vegetal ou abrigando vegetação herbácea. Este aspecto meramente físico desconectado da dinâmica sucessional do mangue tem levado a um aumento da pressão de uso destas áreas, uma vez que temporariamente tais áreas se assemelham a pontos da paisagem desabitados e/ou "inutilizados". Eleva com isto o interesse econômico em se expandir empreendimentos sobre tais áreas.

Para que sejam melhores identificadas e definidas as ações para a conservação dos ecossistemas, que são hábitat de espécies ameaçadas de extinção dentro e fora das unidades de conservação, avaliar o impacto das atividades comerciais e industriais sobre áreas de alta produtividade biológica, bem como a valorização do conhecimento de populações tradicionais sobre diversos temas, faz-se necessário uma avaliação minuciosa dos instrumentos legais que promovem o ordenamento das atividades sobre as áreas de manguezais. Tais estudos podem contribuir para a definição de estratégias de construção de instrumentos de regulação que congreguem desenvolvimento e manutenção sustentável dos ecossistemas mais frágeis, coerentes com sua relevância ecológica.

- 7. Propósito da contratação: Consultoria técnica para levantamento, sistematização, catalogação e análise dos dados referentes ao marco legal e regulatório relacionados às áreas de mangue na costa brasileira, considerando o ordenamento territorial, atividades de pesca, processos e ritos administrativos devidos, instrumentos econômicos e legais voltados para a conservação e para o fomento ao uso dos recursos naturais em níveis sustentáveis, em todas as esferas administrativas (poder público federal, estadual, municipal).
- **8. Descrição das atividades:** Levantamento, sistematização e catalogação das normas mencionadas no item 7 relacionadas com o ecossistema manguezal presente na costa brasileira.

#### 8.1. Detalhamento:

- I Atividades a serem desenvolvidas:
  - a. Levantamento da legislação que possui interface com as áreas de manguezais procedendo a confecção de uma linha cronológica, com destaque para os marcos voltados para o ecossistema, desde a constituição federal até os dias correntes (alguns exemplos: atividades passíveis de licenciamento ambiental, atividade pesqueira, alteração e uso do território em áreas urbanas, etc.). Quando relevante, normas internacionais e/ou de outros países deverão ser incorporadas na linha cronológica;
  - b. Levantamento e sistematização dos atos legais de criação de Unidades de Conservação em áreas de Manguezais e outras áreas protegidas, em todos os níveis da administração pública, além da análise de possíveis particularidades nos atos de criação que possam contribuir para formulação de legislação que vise a conservação deste ecossistema;
  - c. Análise das convergências e dos conflitos de entendimento, interesses e gestão que por

- ventura possam existir na legislação vigente, observando os diferentes interesses do setor privado;
- d. Sistematizar toda legislação levantada por meio de classificação que possibilite consultas ágeis para os seguintes temas: unidades de conservação e áreas protegidas, uso de recurso natural, impacto de empreendimentos, licenciamento ambiental, instrumentos econômicos voltados à conservação, ordenamento territorial, gestão pesqueira, Código Florestal, entre outros. Tal conteúdo deverá ser ajustado ao formato devido para ser utilizado em banco de dados do site institucional;
- e. Análise da aplicabilidade bem como pontos fortes e fracos da efetividade da legislação voltada para Unidades de Conservação nas áreas de manguezal;
- f. Levantamento de instrumentos econômicos existentes em instituições públicas ou privadas (nacionais e internacionais) que fomentem atividades sustentáveis em áreas de manguezais (alguns exemplos: balcões de projetos, suporte técnico e/ou financeiro, redirecionamento de impostos);
- g. Análise da aplicabilidade dos instrumentos econômicos para as Unidades de Conservação com manguezais, apontando as interfaces com a legislação vigente sobre estes intrumentos e sobre os manguezais, além das possiblidades de construção de novas legislações que fortaleçam tais instrumentos;
- h. Análise crítica fundamentada na evolução da legislação, considerando os diferentes objetivos de cada ato legal, os conflitos, as sobreposições, dentre outros aspectos relevantes para análise com vistas a subsidiar futuras ações de conservação nas áreas de manguezais, observando, em relação aos interesses de conservação, a necessidade de novos instrumentos legais para o tema em questão;
- i. Apresentação de proposta de legislação federal discriminada nos diferentes níveis de ato legal (Lei, Resolução, Decreto, Instrução Normativa, Portaria, entre outros) em atenção as possibilidades e necessidades encontradas nos itens g e h, com as principais questões a serem abordadas por cada ato legal proposto;
- j. Apresentação em reunião de trabalho em Brasília-DF, previamente à entrega final do Produto 3 e do Produto 4, com intuito de colher contribuições para o aprimoramento dos documentos finais a serem entregues.

# II – Composição dos produtos desejados:

# a. Produto 1

Apresentação de um relatório descritivo, em versão preliminar, das Atividades executadas (itens *a, b* e *c* acima citados), fazendo uso de recursos ilustrativos como linha cronológica, tabelas, fluxogramas, quadros, dentre outros para a apresentação dos resultados do levantamento, de forma clara e concisa.

Sugestões para a investigação: materiais produzidos por instituições governamentais, não governamentais financeiras, acadêmicas, científicas, sejam sob forma impressa ou digital como Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Marinha do Brasil, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, Ministério dos Transportes – MT, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Gerenciamento Costeiro Federal e Estadual – GERCO, Governo dos Estados Costeiros, extinta SUDEPE, Comitê Nacional de Zonas Úmidas – CNZU, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade de São Paulo – USP, dentre outras publicações específicas sobre a legislação ambiental e pesqueira.

# b. Produto 2

Contempla a finalização de dois sub-produtos:

1) Apresentação de um relatório descritivo, em versão preliminar, das Atividades executadas (itens *d*, e *e* acima citados), fazendo uso de recursos ilustrativos esquemas, tabelas, fluxogramas, quadros, dentre outros para a apresentação dos resultados do

levantamento, de forma clara e concisa.

2) Entrega em arquivo Power Point de apresentação a ser feita pela consultoria em um Seminário (1º.) que será convocado para a apresentação dos resultados obtidos das atividades (itens a, b, c, d e e). Para este seminário serão convidados profissionais ligados à temática oriundos de diferentes instituições. A data de realização do seminário será acordada entre equipe do Projeto Manguezais do Brasil e com a consultoria. O local do seminário será em Brasília com duração de até 2 dias inteiros.

Para a atividade *d* a consultoria contará com auxílio específico do setor do ICMBio responsável pela manutenção da página da rede de computadores, onde se disponibilizam as informações.

#### c. Produto 3

Apresentação de um relatório descritivo, em versão preliminar, das Atividades executadas (itens *f*, *g*, *h* e *i* acima citados), fazendo uso de recursos ilustrativos esquemas, tabelas, fluxogramas, quadros, dentre outros para a apresentação dos resultados do levantamento, de forma clara e concisa.

Para a atividade *i* a consultoria deverá apresentar ao menos uma minuta de legislação neste estágio da consultoria. Após a incorporação de sugestões/comentários de técnicos do Projeto Manguezais a consultoria elaborará versão definitiva que será parte do Produto 4.

#### d. Produto 4

Contempla a finalização de dois subprodutos:

- 1) A entrega de um arquivo em formato Power Point de apresentação a ser feita pela consultoria em Seminário (2º.) específico para debate acerca do resultado de todas as atividades desta consultoria (itens a a j) com especialistas da área. Tal evento subsidiará a confecção final de propostas de novas regulamentações federais para preencher lacunas encontradas. O local do seminário será em Brasília com duração de até 2 dias inteiros.
- 2) Entrega de relatório final, incorporadas as modificações das discussões ocorridas nos dois **Seminários** (1º. e 2º.) e em reuniões intermediárias para a qual a consultoria for convidada. Neste caso, poderá ocorrer via skype ou telefone.

# III - Custos:

Todos os custos relativos à realização do trabalho serão de inteira responsabilidade do consultor contratado, tais como deslocamentos aéreos, ligações telefônicas, material didático, impressões coloridas, produção de folders, cartazes, cadernos, livros, relatórios.

Os custos de deslocamento e hospedagem dos convidados, relativos aos dois Seminários, assim como o local do evento, serão de responsabilidade do ICMBio, permanecendo toda organização, identificação dos especialistas, contatos e apresentação sob responsabilidade do consultor, tendo estreita colaboração do Assessor Técnico do Projeto Manguezais do Brasil.

# 8.2. Forma de apresentação:

- Os produtos deverão ser entregues em formato Word com linguagem técnica apropriada.
- As versões preliminares dos produtos entregues à equipe do projeto manguezais do Brasil serão retornadas à consultoria para incorporação de sugestões e/ou correções se necessário, atendendo a agenda do projeto e sempre com antecedência suficiente no caso de apresentação em evento/reunião/seminário elaborado para este fim.
- Os produtos passarão pelo aval da Coordenação Geral de Populações Tradicionais.

# 8.3. Direitos autorais e de propriedade intelectual:

- O ICMBio e PNUD seguem a legislação pertinente sobre propriedade intelectual e direitos autorais.
- Deverá ser solicitada autorização prévia ao ICMBio para qualquer publicação e produção de materiais a partir dos produtos originados desta consultoria.

# 8.4. Prazos:

- A duração dos trabalhos para elaboração dos estudos e entrega dos relatórios está estimada em um período de 04 (quatro) meses, contados a partir da assinatura de respectivo contrato.

	I	
9. Produtos	Valor (R\$)	Data prevista
<b>Produto 1:</b> Relatório descritivo (versão preliminar) contendo as		28/fev/2012
atividades executadas nos itens a, b e c acima listados, fazendo uso		
de recursos ilustrativos para a apresentação dos resultados do		
levantamento realizado, de forma clara e concisa.		
<b>Produto 2:</b> Contempla a finalização de dois sub-produtos:		30/março/2012
a) apresentação de relatório descritivo (versão preliminar) das		
atividades executadas nos itens d, e e acima citados, fazendo		
uso de recursos ilustrativos para a apresentação dos resultados		
do levantamento realizado, de forma clara e concisa.		
b) entrega de arquivo Power Point além de apresentação,		
preparada para seminário (1°.).		
Produto 3: relatório, em versão preliminar, das atividades		30/abril/2012
executadas nos itens f, g, h e i acima citados - resultado do		
levantamento.		
		00/ : /00/0
Produto 4: Contempla a finalização de dois subprodutos:		20/maio/2012
a) entrega de arquivo em formato Power Point além de		
apresentação da consultoria no seminário (2º.).		
b) Entrara de relatério final incorporados as madificacións des		
b) Entrega de relatório final, incorporadas as modificações das		
discussões ocorridas nos dois seminários (1º. e 2º.) e em		
reuniões intermediárias para a qual a consultoria for convidada.		
	1	

**OBS**: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista e gastos com viagens/hospedagem quando demandadas.

PERFIL DO PROFISSIONAL					
10. Modalidade a ser Contratado:	(X) Produto				
11. Período da Contratação	04 meses				
12. Valor do Contrato:  De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do(a) consultor(a).	Total: R\$				
13. № de Vaga(s):	01				
14. Nível de Escolaridade:	(X) Nível Superior				

- **15. Formação Acadêmica (obrigatório)**: nível superior em uma das seguintes áreas: Direito, Biologia, Oceanografia, Engenharia de Pesca, Engenharia Ambiental ou afins
- **16. Pós-graduação (desejável):** Direito ambiental, Biologia, Oceanografia, Engenharia de Pesca, Gestão ambiental, Gestão de recursos naturais ou áreas afins.

17. Experiência Profissional: Experiência desejável na área de interesse da consultoria, com comprovação de trabalhos relacionados à legislação ambiental, zonas costeiras, uso dos recursos naturais dos manguezais, e/ou atividade pesqueira, desejável conhecimento inglês avançado, boa redação.

A seleção será realizada após entrevista com os três primeiros candidatos classificados na etapa de análise dos dados curriculares e profissionais devidamente comprovados.

Os(as) profissionais que se sentirem habilitados para a vaga em questão serão avaliados segundo os critérios abaixo descritos, mediante a apresentação de documentos comprobatórios para cada item.

18. Tempo de Experiência Profissional: 05 (cinco) anos					
19. Localidade de Realização do Trabalho: em qualquer lugar do território brasileiro, desde que					
com estreito contato com a Coordenação do Projeto Manguezais do Brasil.					
20. Disponibilidade para Viagens:	( X	) Sim			
21. Conhecimentos em Informática:	( X	) Sim			
22. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	( X	) Sim			
23. Conhecimento em língua inglesa:	( X	) Sim			
24. Capacidade de redação clara e concisa em português.	( X	) Sim			
25. Critérios de Avaliação					
I. Especialidade (máximo 20 pontos)					
a) Doutorado em área correlata ao TDR		05			
b) Mestrado em área correlata ao TDR	05				
c) Especialização (lato sensu) em área correlata ao objeto da contra pontos por curso; limite de 02 cursos)	05				
d) Graduação	05				
II. Experiência (máximo 80 pontos)					
e) Experiência profissional com análises documentais, sistematização de dados, dentre outros (05 pontos por produto entregue e aceito, ou certidão do órgão contratante atestando desenvolvimento do trabalho (limite de 03).					
f) Experiência profissional com trabalhos relacionados à legislação ambiental, zonas costeiras, uso dos recursos naturais dos manguezais e/ou atividade pesqueira, (como membro de equipe: 05 pontos por produto entregue e aceito, limite de 08. Para coordenador de equipe: 10 pontos por produto entregue e aceito ou certidão do órgão contratante atestando desenvolvimento do trabalho (limite de 04).					
g) Experiência profissional (coordenação/participação) em estudos legais e regulatórios em projetos ambientais (05 pontos por trabalho, limite de 05), ou certidão do órgão contratante atestando desenvolvimento do trabalho.					
<b>OBS.</b> : Serão chamados para entrevistas os classificados que obtiverem 70% da pontuação geral.					

# TERMO DE REFERÊNCIA

- 1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) CODIGO BRA/07/G32 VAGA 06
- 2- Setor Responsável: APA Cananéia Iguape Peruíbe 3 Diretoria: CGFLO-DIUSP
- **4 Função do profissional a ser contratado:** Profissional de nível superior, com formação/experiência interdisciplinar na elaboração de diagnósticos ambiental, sócio-econômico e de serviços ambientais dos ecossistemas.
- **5. Contexto:** O objetivo do projeto BRA/07/G32 Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil é o de fortalecer o quadro político e institucional relacionado a Unidades de Conservação (UCs), em especial definido pelo SNUC, para a conservação e manejo sustentável de ecossistemas de manguezais do Brasil. Pretende-se alcançar o objetivo do Projeto or meio da implementação de atividades em um conjunto de áreas-piloto a nível estadual, em mosaicos de Unidades de Conservação e por meio de ações de capacitação multisetoriais visando incrementar a replicação de resultados para uma rede planejada de UCs costeiras que abriguem manguezais.

A biodiversidade associada a manguezais brasileiros é de importância mundial, incluindo espécies ameaçadas, endêmicas e raras. Espera-se que um conjunto significativo de benefícios seja gerado como consequência da gestão mais efetiva das áreas de manguezais, compreendendo a proteção da linha de costa contra erosão, a manutenção da qualidade da água nos ecossistemas marinhos adjacentes e a manutenção da integridade de um ecossistema altamente produtivo, que garante a subsistência de numerosas comunidades tradicionais e suas ricas culturas. Os benefícios relacionados à biodiversidade serão alcançados por meio da proteção dos ecossistemas manguezais sob forma de UCs e incorporados a mosaicos de UCs. As ações do projeto visam o fortalecimento do quadro político e institucional destinado à conservação e manejo da biodiversidade por meio de capacitação, intercâmbios, estudos de caso, dentre outras estratégias coordenadas.

A Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe (APA CIP) juntamente com seu entorno é uma das cinco unidades piloto que abrange uma área de 230.000 ha que se estende pelos municípios de Peruíbe, Itariri, Miracatu, Iguape, Cananéia e Ilha Comprida, no litoral sul do estado de São Paulo. Constitui-se ainda por suas Zonas de Vida Silvestre e as ilhas oceânicas - Ilhas do Bom Abrigo e Ilhote, Ilha do Castilho, Ilha Figueiras, Ilha Cambriu, Ilha Queimada Pequena e a Ilha Queimada Grande, que em conjunto integram a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Como unidade de conservação costeira, a APA CIP tem responsabilidades diretas relativas à implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PENAP (Decreto No. 5.758, de 13 de abril de 2006), o qual estabelece como princípios:

- "IV valorização do patrimônio natural e do bem difuso, garantindo os direitos das gerações presentes e futuras;
  - X adoção da abordagem ecossistêmica na gestão das áreas protegidas;
- XII repartição justa e equitativa dos custos e benefícios advindos da conservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, erradicação da pobreza e redução das desigualdades regionais;
- XXII sustentabilidade técnica e financeira, assegurando continuidade administrativa e gerencial na gestão das áreas protegidas. "

# E como diretrizes:

- "IV o sistema representativo de áreas costeiras e marinhas deve ser formado por uma rede de áreas altamente protegidas, integrada a uma rede de áreas de uso múltiplo;
- V as áreas protegidas costeiras e marinhas devem ser criadas e geridas visando compatibilizar a conservação da diversidade biológica com a recuperação dos estoques pesqueiros;
- VI as áreas protegidas devem ser apoiadas por um sistema de práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, integrado com a gestão das bacias hidrográficas".

O PENAP também adota como estratégia avaliar a aplicabilidade de instrumentos de gestão territorial de grandes paisagens, como as Reservas da Biosfera, corredores ecológicos, mosaicos, bacias hidrográficas e zona costeira, levando em conta as sobreposições, os potenciais de uso, os conflitos, a efetividade delas e os benefícios sociais advindos.

Entre os estados de São Paulo e Paraná, englobando várias unidades de consevação de categorias diferentes, foi criado o Mosaico do Lagamar. O mosaico se apresenta como importante arena para propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

- a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:
  - 1. os usos na fronteira entre unidades:
  - 2. o acesso às unidades:
  - 3. a fiscalização;
  - 4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;
  - 5. a pesquisa científica;
  - 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental.
- b) a relação com a população residente na área do mosaico, especialmente:
  - 1. a representatividade das comunidades no Conselho das unidades de conservação;
- 2. a inclusão das comunidades no processo de elaboração/revisão e execução dos Planos de Manejo;
  - 3. a elaboração e execução dos Termos de Compromisso para aquelas de proteção integral.

Entretanto, precisam ser criados mecanismos de diálogo entre as UCs em específico e o próprio Mosaiso Lagamar para servir como catalizador de esforços que projetem ações futuras mais articuladas.

#### 6. Justificativa:

O projeto trabalhará dois resultados na área piloto da APA Cananéia Iguape Peruíbe:

- i. Apoiar a identificação e implementação de estratégias financeiras para manejo de áreas protegidas com manguezais;
- ii. Desenvolver um plano de gestão integrada com o objetivo de melhorar a relação custoeficiência por meio do compartilhamento de custos operacionais entre UCs vizinhas com manguezais.

Para a construção do plano de manejo da APA como forma de contribuir para o Plano de Gestão Integrada do Mosaico Lagamar será necessária previamente uma avaliação socioeconômica e ambiental do uso atual da APA, identificando os bens e serviços ambientais disponíveis e/ou providos em extensão com o Mosaico Lagamar, que se correlacionam diretamente com a eficiência de gestão integrada das UCs vizinhas. Além disto, é necessária uma apresentação das relações entre os serviços ecossistêmicos com as formas de utilização dos recursos naturais e atividades econômicas existentes, tendo em vista os artigos 47 e 48 da Lei 9.985/2000 e os artigos do capítulo VII do Decreto 4.340 de 2002. Portanto, mais do que identificar os serviços existentes, é preciso classificar e ordenar os produtos dos ecossistemas (madeira, pescado, espécies da fauna e flora, frutos, sementes, etc), os usuários diretos e indiretos, sua mensuração ou estimativas (kg/ano, kg/ha, dias, número de grupos, etc), e evidenciar quais unidades de conservação dentro do Mosaico Lagamar detêm tais atributos.

Para isso, necessita-se da contratação de consultoria especializada em realização de diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico, sócio-econômico articulados com os serviços ecossistêmicos identificados. Procura-se garantir uma integração das informações existentes em termos de patrimônio com os bens e serviços ambientais (existentes e potenciais) na área em questão, para projetar um cenário de custo-eficiência mais equilibrado para o manejo das UCs e das paisagens

em áreas de manguezais.

**7. Propósito da contratação:** Contratação de consultoria especializada para elaborar estudos e diagnósticos para subsidiar a gestão espacial e setorial da APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE articulada com o Plano de Gestão Integrada do Mosaico do LAGAMAR que estão relacionados com o Resultado 1, produto 1.3 do projeto BRA/07/G32.

# 8. Descrição e detalhamento das atividades:

# 8.1. Abrangência

Em termos geográficos, o trabalho deverá abranger todo o complexo Lagamar conforme descrito em seu decreto de criação.

O diagnóstico deverá ser voltado para: i) sistematizar uma caracterização física, biológica e socioeconômica das UC do Mosaico que apresentam Manguezais entre seus ambientes característicos, a partir de dados secundários disponíveis nas unidades de conservação, nos municípios e junto a instituições parceiras locais; ii) identificação de lacunas de informação que possam ser significativas para o planejamento espacial (unidades de conservação e ecossistema manguezal) que possa subsidiar etapas posteriores do planejamento e ordenamento setorial/territorial; iii) identificação de estudos específicos necessários para elaborar o planejamento das unidades de conservação e do complexo Lagamar; iv) identificação, mapeamento e análise dos bens e serviços ambientais, em uso ou potenciais, classificados nas quatro grandes categorias (Provisionamento, Suporte, Regulação e Cultural).

Dentre as premissas para a elaboração do Diagnóstico, têm-se que:

- Os trabalhos devem ser desenvolvidos em conformidade com o disposto neste Termo de Referência e com as orientações da equipe de coordenação do Projeto Manguezais do Brasil;
- Incorporar e sempre que possível, integrar os documentos de planejamento elaborados anteriormente, tais como Planos de Bacias Hidrográficas, Planos Diretores Municipais e outros.
- Incorporar estudos já realizados na área de abrangência, tais como monografias, dissertações e teses acadêmicas, estudos para licenciamentos ambientais, diagnósticos participativos e outros.
- Incorporar, caso existam, os diagnósticos de unidades de conservação localizadas no complexo Lagamar.

# 8.2. Estratégia de Execução

Os serviços de consultoria, objeto desta contratação, seguirão a metodologia apresentada neste termo de referência, bem como as orientações da Coordenação do Projeto manguezais do Brasil e da Equipe de Planejamento. A Equipe de Planejamento será assim formada: o chefe da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, um representante da Coordenação Nacional do Projeto Manguezais do Brasil e dois membros representantes do Conselho Consultivo do Mosaico Lagamar (na ausência deste, membros do GT do Mosaico).

Especificamente, espera-se que a partir de um diagnóstico preliminar nos limites da Área de Proteção Ambiental CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE se configure em informações ambientais, socioeconômicas e histórico-culturais dos atributos desta UC e suas conexões com a macro região em que está inserida (o mosaico). Caracterizar o meio físico, socioeconômico e histórico-cultural a partir de estudos e informações disponíveis. Sempre que possível, deverão ser incorporados o georreferenciamento das informações em mapas com cartográfia compatível. Quando necessário, sugerir adequações de modo a se obter um produto integrado sobre o meio físico, biótico e socioeconômico que subsidie tanto o delineamento, o zoneamento e ações de planejamento da

APA, integradas com as ações orientadas para o Mosaico Lagamar. A eficiência da co-gestão financeira proveniente dos recursos (ambientais/culturais) disponíveis, servirá como referência para se vislumbrar possibilidades de parcerias, co-financiamento e gestão dos recursos. Será necessário reunir, sistematizar e espacializar ao longo da área os dados e informações sobre a vegetação e fauna, o status de conservação das espécies, produtos e serviços, comércio local, transporte/acesso e ainda, as lacunas de conhecimento sobre o patrimônio natural e incentivos econômicos para o setor.

O relatório Temático de Meios Físico e Biológico será elaborado para o mosaico do Lagamar, com uma análise especifica para a APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE.

# > Escopo mínimo dos Relatórios Temáticos

Avaliação dos Aspectos Físicos

- 1. Geologia: descrever e identificar a evolução geológica regional, as litologias, a tectônica e a distribuição estratigráfica regional.
- 2. Relevo e geomorfologia: descrever as unidades geomorfológicas existentes na área terrestre, o tipo de relevo predominante na APA, as faixas de altitudes mais freqüentes e a gênese e evolução de seu relevo. Indicar as condições de suscetibilidade à erosão, com enfoque nas áreas que sofrem pressão antrópica.
- 3. Pedologia: descrever os solos predominantes destacando suas principais características físicas e químicas (textura, estrutura, densidade, permeabilidade, profundidade, capacidade de saturação), e a fragilidade natural (potencial natural à erosão), sobretudo nas áreas sob pressão antrópica.
- 4. Unidades Fisiográficas Terrestres: identificar e descrever as principais unidades fisiográficas (unidades de paisagem), em âmbito regional e local.
- 5. Hidrografia e Hidrologia: caracterizar a rede de drenagem quanto à: hierarquização; sistemas de bacias e padrões de drenagem; épocas de cheias e vazantes; dinâmica das lagunas e contatos sazonais com o ambiente marinho (vazão média, mínima específica e vazão mínima, entre outros). Identificar e localizar o lagos naturais e artificiais, as lagunas, e/ou os banhados, relacionando sua importância e conexão com outros ambientes.
- 6. Clima: caracterizar para a APA o regime de precipitação, as temperaturas, a velocidade e direção de ventos, a umidade relativa, a evapotranspiração, a radiação solar e a pressão atmosférica.

# 7. Oceanografia Física

- Compilar os dados já existentes sobre os aspectos da hidrodinâmica marinha e estuarina predominante na região, como: temperatura, salinidade e densidade das massas d'água (diagramas TS); distribuição vertical e horizontal das massas d'água; regime de correntes, ondas e marés; modelo de circulação em grande escala; e, modelo de circulação em micro escala, caso esteja disponível para a região;
- Compilar os dados já existentes das características físicas e químicas da água marinha e dos sedimentos, tais como: temperatura da água de superfície, matéria particulada na água, produtividade, turbidez, oxigênio dissolvido, pH, granulometria e composição dos sedimentos;
- Compilar os dados já existentes e relacionar a qualidade da água existente no ambiente marinho e terrestre (rios e lagos) às fontes potenciais de poluição industrial, agrícola e/ou doméstica;
- Compilar os dados e identificar as possíveis conectividades existentes entre a APA e os

#### ecossistemas vizinhos;

- Compilar os dados já existentes e produzir diagnóstico dos aspectos físico-químicos da área marinha, estuarina e terrestre da APA e, quando possível, anexar mapas temáticos, em formato A3:
- Compilar dados já existentes e produzir mapa da hidrodinâmica marinha na escala 1:50.000, e mapa da hidrodinâmica estuarina na escala 1:25.000, em formato A3.

# 8. Hidrografia e Hidrologia

- Compilar dados já existentes e caracterizar a rede de drenagem quanto à: hierarquização; sistemas de bacias e padrões de drenagem; épocas de cheias e vazantes; dinâmica das lagunas e contatos sazonais com o ambiente marinho (vazão média, mínima específica e vazão mínima, entre outros):
- Levantar as fontes de abastecimento público e privado de água em uso na região;
- Identificar e localizar os lagos (naturais e artificiais), as lagunas, e/ou os banhados, relacionando sua importância e conexão com outros ambientes como rios e o mar;
- Compilar dados, inclusive junto com o órgão estadual de meio ambiente e outros órgãos e diante das informações obtidas avaliar a qualidade das águas continentais, estuarinas e marinhas, conforme os padrões exigidos na legislação pertinente, e caso os dados sejam disponíveis nas estações de monitoramento da região. Especial atenção para a identificação do risco de contaminação de água em decorrência de lançamento de efluentes agrícolas, industriais e/ou domésticos, assoreamento dos cursos d'água e desmatamento de áreas de preservação permanente (APP) e reservas legais;
- Compilar dados já existentes e produzir diagnóstico dos sistemas de bacias hidrográficas da região de inserção da APA, incluindo o estado de conservação;
- Compilar dados já existentes e produzir mapa da rede e do sistema de drenagem (com localização e hierarquização dos sistemas lênticos e lóticos) e as fontes de abastecimento público e privado (incluindo irrigação e aqüicultura), na escala 1:25.000, incluindo a delimitação das subbacias, em formato A3;
- Compilar dados já existentes e produzir mapa de qualidade da água, com base em índices de qualidade da água (IQA) e/ou similares, em formato A3.

# Avaliação dos Aspectos Bióticos

- Vegetação: fazer a revisão bibliográfica dos estudos de botânica, com ênfase estudos de fitogeografia e inventários florísticos existentes na APA. Caracterizar as principais formações vegetais quanto: i) à distribuição, ao estágio sucessional e grau de conservação; ii) às espécies de interesse especial para a conservação (raras, endêmicas, bioindicadoras, invasoras, exóticas, espécies-chave, de importância econômica e/ou cultural, em perigo ou ameaçadas de extinção), indicando sua distribuição e analisando seu estado de conservação. Identificar e mapear as espécies da flora nativa de importância para o uso extrativista sustentável. Avaliar o impacto das espécies exóticas da flora sobre as espécies nativas. Identificar e mapear a ocorrência de Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e remanescentes florestais que possam funcionar como corredores ecológicos e elementos de conectividade. Identificar e mapear as áreas degradadas e descrever seus estágios de regeneração. Identificar áreas prioritárias para a proteção de espécies vegetais.
- Fauna: realizar revisão das listas de fauna já produzidas para a APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE. Relacionar as espécies de interesse especial para a conservação na APA, integradas com o status encontrado para a área ampliada do complexo Lagamar (raras, endêmicas, bioindicadoras, migratórias, invasoras, exóticas, espécies-chave, de importância econômica e/ou cultural, em perigo ou ameaçadas de extinção), indicando sua localização e relação com as diferentes comunidades vegetais identificadas, descrevendo as características

ecológicas e comportamentais das diferentes espécies e/ou grupos registrados, com ênfase nos aspectos importantes para as ações de manejo. Identificar espécies que sofrem pressões decorrentes de alterações ambientais, a exemplo da pesca, da caça, do extrativismo, da coleta e de outras ações, avaliando as possíveis conseqüências no médio e longo prazo. Relacionar as informações existentes acerca das espécies que se destacam na APA. Identificar as áreas prioritárias e estratégias para a proteção de espécies animais, e, quando possível avaliar o impacto ecológico sobre a fauna causado pela presença de espécies exóticas (fauna e flora).

Relatório Temático da Avaliação Histórico-cultural e Socioeconômica da APA CANANÉIA IGUAPE-PERUÍBE e complexo Lagamar.

As informações propostas neste item estão voltadas à obtenção de um produto integrado de conhecimento sobre o meio social que subsidie a compreensão da influência das ações antropogênicas e seus efeitos sobre a APA e complexo Lagamar. Deve-se buscar uma caracterização histórica da ocupação humana na região identificando as dinâmicas sociais e possíveis tendências futuras.

Inicialmente, deve ser elaborado um levantamento e análise de dados secundários e após, a complementação com uma análise dos registros administrativos municipais. A caracterização da ocupação humana no interior da APA deve orientar o delineamento de estratégias para estabelecer ou aprimorar o diálogo com os atores sociais envolvidos no complexo Lagamar, com vistas a potencializar os efeitos positivos e reduzir os impactos ambientais negativos. Considerar a matriz institucional envolvida com a APA, os vetores de pressão existentes e com o complexo Lagamar.

Neste item se identificarão as tendências de desenvolvimento econômico e sua possível correlação com os problemas ambientais existentes ou potenciais. O histórico de uso e ocupação da terra abrangerá o período dos últimos trinta anos (Censos do IBGE de 1970 a 2000).

#### Histórico-Cultural

- a. Caracterizar o processo de colonização da região da APA e complexo Lagamar, destacando a presença de etnias indígenas e populações tradicionais e a relação cultural com a natureza, especialmente quando houve manifestação cultural através de celebrações, festividades, rituais. etc.
- b. Caracterizar a formação histórica e cultural das populações e os patrimônios cultural, material e imaterial identificando os efeitos de seus usos na APA.
- c. Relacionar e georreferenciar os sítios histórico-culturais, paleontológicos e arqueológicos encontrados na região, sobretudo na APA, com reflexo à área de abrangência do complexo Lagamar. Avaliar o estado atual de proteção e conservação destes sítios e os tipos de pressão a que estão submetidas e apresentar recomendações para seu manejo (proteção, controle e outras formas de uso), indicando quais estudos seriam importantes de serem desenvolvidos posteriormente. Se for constatada sua importância científica deve-se destacar a base cultural e histórica dessas ocupações.

#### Socioeconômico

- Caracterizar: i) a estrutura fundiária da APA e sua área de abrangência, com ênfase nas terras públicas; ii) o tipo de uso da terra, identificando as principais atividades econômicas e as tecnologias empregadas nos processos produtivos dos setores primário, secundário e terciário; iii) caracterização geral das ocupações consolidadas, especificação quanto aos sistemas de infraestruturas urbanas existentes.
- Apresentar os planos, programas e projetos governamentais (federais, estaduais e municipais) existentes, bem como os empreendimentos que causem, ou que venham causar efeitos sobre o território da APA e complexo Lagamar.

• Caracterizar, de modo geral, a população da região e sua distribuição, destacando: i) a dinâmica populacional rural e urbana de acordo com os censos IBGE de 1970 a 2000; ii) a densidade demográfica (dentro e no entorno da APA-CIP), o movimento de êxodo rural e suas causas regionais e as tendências de crescimento de alguns núcleos populacionais; iii) a distribuição populacional por faixa etária, sexo e escolaridade;

Caracterização Político-social e Institucional das Organizações Locais

- 1. Identificar as instituições governamentais e não governamentais que: i) praticam ações ambientais, ressaltando-se as interessadas no desenvolvimento de parcerias; ii) apresentam programas de pesquisa e educação ambiental, regionais ou nacionais, que possam beneficiar a APA e o complexo Lagamar; iii) promovam atividades de educação ambiental na região da APA (no caso, é preciso conhecer o número de escolas, o público-alvo, o calendário de eventos e as formas de envolvimento);
- 2. Identificar as principais associações, sindicatos, organizações civis e movimentos sociais existentes e o grau de associativismo e organização comunitária;
- 3. Descrever a composição e estrutura de funcionamento dos Conselhos da APA e Mosaico Lagamar e avaliar o seu potencial de apoio à gestão territorial com vistas a melhorar a gestão financeira das UCs:
- 4. Analisar o estado de comprometimento da matriz institucional local com os objetivos da conservação, usos dos recursos naturais e políticas públicas voltadas à gestão de ecossistemas vulneráveis.

# 8.4. Identificação e análise de bens e serviços ambientais:

A identificação e análise dos bens e serviços ambientais levantados para cada um dos meios (biótico, físico e sócio-econômico) deverão compor uma seção específica (capítulo) do documento final. Espera-se da consultoria:

- Identificar, enumerar e analisar os bens e serviços ambientais oferecidos pelos atributos das unidades de conservação e suas respectivas utilidades;
- Identificar a escala (ex: nicho, rio, caverna, produção mensal, ecossistema, etc) e o foco dos bens e serviços (ex: recursos hídricos, espécies vegetais/animais, habitats, turismo, etc);
- Identificar os bens e servicos ecossistêmicos e os beneficiários diretos e indiretos desses;
- Identificar os desafios e potencialidades da gestão e manutenção de bens e serviços levantados;
- Apresentar os serviços ambientais identificados nos limites da APA-CIP com devida análise sobre tipos de relações existentes com o escopo do Mosaico Lagamar (nível espacial) e viceversa: que tipo relações podem ser estabelecidas entre os serviços ambientais identificados ao nível do mosaico Lagamar com os identificados na APA-CIP (local).
- Idem para os mais relevantes serviços ambientais identificados em outras UC's e a relação inerente à espacialidade do Mosaico Lagamar: definir níveis de dependência, vulnerabilidade, potencialidades, investimentos, etc.

# 8.5. Condução das atividades:

1. No início das atividades será realizada uma reunião de planejamento (a ser definida posteriormente entre Brasília/DF ou Cananéia/SP) juntamente com a equipe de coordenação a fim de realizar um plano conjunto de execução da consultoria e definição da metodologia. Será solicitado para a consultoria participar de reuniões presenciais na APA CIP para apresentação dos produtos (ver item 9).

- 2. É parte das atividades da consultoria realizar um levantamento prévio das informações, dados e referências necessários para a plena confecção dos produtos descritos no item 9.
- 3. A metodologia de classificação das unidades fisiográficas será definida no plano de trabalho, quando será discutida com a equipe de supervisão.
- 4. Se por ventura houver a necessidade de se realizar algum levantamento que envolva a coleta de material dentro das unidades de conservação, esta demanda atenderá a regulamentação vigente nos órgãos do SISNAMA que compõem a sua administração. Qualquer solicitação desta natureza deverá ser reportada primeiramente ao Coordenador da APA-CIP, que intermediará junto ao ICMBio para devidas providências,
- 5. Em relação ao produto 3 (item 9) a consultoria deverá entregar o material elaborado em formato ideal para ser disponibilizado em site a ser providenciado pelo ICMBio para ampla consulta de atores do Projeto Manguezais do Brasil e demais interessados. As contribuições que porventura forem encaminhadas e consideradas pertinentes deverão ser incorporadas no documento final.
- 6. Organizar informações das reuniões, seminários e consultas pela internet em banco de dados. A ser entregue no produto final em arquivo digital.

Confeccionar e entregar os devidos produtos:

- Produto 1 Deverá ocorrer a apresentação do produto em reunião em Cananéia/SP, 2 dias de duração, convocada para este fim.
- Produto 2 Deverá ocorrer a apresentação do produto em reunião em Cananéia/SP, 2 dias de duração, convocada para este fim.
- Produto 3 Disponibilização do levantamento e análise dos serviços ambientais e suas relações para a melhoria da eficiência da gestão financeira das Ucs e do Mosaico Lagamar e vice-versa (item 8.4), em site para consulta e manifestação de parceiros e especialistas convidados. A disponibilização será providenciada pelo IMCBio.
- Produto 4 Deverá ocorrer a apresentação do produto em reunião em Cananéia/SP, 2 dias de duração, convocada para este fim.

# 8.6. Forma de apresentação:

- 1. Os produtos deverão ser entregues em formato e conteúdo definidos junto à coordenação da área piloto e coordenação nacional do projeto, manifestadas na reunião introdutória e com nível e linguagem técnica.
- 2. O relatório final deverá ser entregue em versão preliminar para análise do ICMBio. O(a) consultor(a) deverá adequar e/ou corrigir os produtos conforme necessidade, antes de se elaborar a versão final.
- 3. Os produtos finais deverão ser elaborados em documento formato .doc ou .xls compatível com Microsoft Word ou Excel, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e duas vias digitais em CD-ROM.

# 8.7. Direitos autorais e de propriedade intelectual

- 4. Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.
- 5. Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de

- informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.
- 6. Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.

# 8.8. Prazo para a execução da consultoria: 06 meses

9. Produtos	VALOR (R\$)	DATA PREVISTA
Produto 1 - Relatório contendo revisão bibliográfica das informações relevantes para o manejo da APA CIP e gestão espacial do complexo Lagamar (itens 8.3.1 e 8.3.2) e metodologia para as fases seguintes.		Até 30 dias após assinatura do contrato.
Produto 2 - Diagnóstico, análise e mapas temáticos das informações da revisão bibliográfica dos meios físico, meio biótico e socioeconômico, contendo propostas iniciais de ações relevantes para o manejo da APA.		Até 90 dias após assinatura do contrato.
Produto 3 – Levantamento e análise dos serviços ambientais e suas relações para a melhoria da eficiência da gestão financeira das Ucs e do Mosaico Lagamar e vice-versa (item 8.4)		Até 135 dias após a assinatura do contrato
Produto 4 - Relatório final contendo todos os materiais das etapas anteriores, incorporando sugestão de estratégia com base na identificação dos serviços ambientais potenciais identificados para a APA CIP e Mosaico Lagamar.		Até 165 dias após assinatura do contrato

**OBS**: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, custos com viagens e hospedagens.

A critério da consultoria, os trabalhos poderão ser baseados na sede da APA-CIP.

Os pagamentos serão feitos após aprovação atestados pela direção do projeto.

10. Modalidade a ser Contratado:	(X) Produto
11. Período da Contratação (máximo 12 meses)	06 meses
12. Valor do Contrato:	Total: R\$
PS: De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com	
hospedagem, alimentação e passagem são por conta do(a) consultor(a).	
13. Nº de Vaga(s):	01
DEDELL DO DOCTIONIONAL E ODITÉDICO DE OELEGÃO	•

# PERFIL DO PROFISSIONAL E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

# **14. Nível de Escolaridade Desejado:** (X) Nível Superior

- **15. Formação** Acadêmica: Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Ecologia, Geografia, Arquitetura, Biologia e áreas afins (ciências naturais)
- **16. Especializações/Cursos:** Ciências naturais, da terra, exatas ou afins, sociologia com histórico acadêmico e/ou profissional que comprove formação voltada para planejamento e uso de UCs, paisagem e/ou da terra.

# 17. Experiência Profissional:

Experiência comprovada na condução ou participação em projetos de diagnósticos ambientais e

socioeconômicos, elaboração de planos de manejo, recursos naturais.	, como tambér	n planos de ut	ilização dos			
1. Especialidade (máximo 20 pontos)						
a) Doutorado em área correlata ao TDR			05			
b) Mestrado em área correlata ao TDR			05			
c) Especialização ( <i>lato sensu</i> ) em área correlata ao ob por curso; limite de 02 cursos)	jeto da contrata	ção (2,5 pontos	05			
d) Graduação			05			
II. Experiência (máximo 80 pontos)						
e) Experiência profissional na elaboração de diagnó antrópico (10 pontos por produto entregue e aceito, limi		físico-biótico-	30			
f) Experiência profissional na elaboração de Planos Conservação, planos de uso dos recursos naturais e d entregue e aceito, limite de 02)	•		20			
g) Experiência profissional na coordenação de leverojetos ambientais (05 pontos por trabalho, limite de 03		agnósticos em	10			
h) Trabalhos de levantamento de campo associados ao ecossistema de mangues (05 pontos por produto entregue e aceito e/ou publicados de primeira autoria, limite de 04)						
OBS.: Serão chamados para entrevistas os classificados que obtiverem 70% da pontuação geral.						
18. Tempo de Experiência Profissional: mínimo de 5 anos						
<b>19. Localidade de Realização do Trabalho</b> : Municípios de Peruíbe, Itariri, Miracatu, Iguape, Ilha Comprida e Cananéia e outros do complexo Lagamar						
20. Disponibilidade para Viagens: (x) Sim () No						
21. Conhecimentos em Informática: ( x ) Sim ( ) Nã						
22. Conhecimento da legislação ambiental (x) Sim () N pertinente:						
23. Conhecimento em língua inglesa: ( ) Sim ( x ) N						
24. Capacidade de redação clara e concisa em (x) Sim () No português.						
25. Insumos Previstos: -						
<b>26. Observações</b> : O(a) consultor(a) deverá trabalhar de forma autônoma porém em contato direto com a coordenação da Área de Proteção Ambiental de Cananéia Iguape e Peruíbe, podendo participar de reuniões do Projeto Manguezais do Brasil ou do Mosaico Lagamar que venham ocorrer na região durante a vigência do contrato.						

# **MODELO DE CURRICULO**

# CÓDIGO DA VAGA PRETENDIDA:

INFORMA	\ÇÕE\$	S PES	SO	AIS					
Nome completo:									
E-mail:									
№ do RG:									
Órgão Expedidor:									
Data de Expedição:									
	/mm/a	aaa)							
*Local de nascimento:	,	luuu,							
Sexo:									
Nome do Pai:									
Nome da Mãe;									
Estado civil:									
Língua Pátria:*									
-									
Nacionalidade de origem:									
Nacionalidade atual:									
HISTÓI	RICO	PESS	OA	L					
Você é ou já foi Funcionário Público Permane	nte a	serviç	:o c	do Gov	verno?				
Cite publicações significativas que você tenha	a escr	ito (na	ão a	anexa	r):				
EN	IDERI	EÇOS							
Tipo Endereço Estado País	Ende	ereço	Ci	dade	Estado	Paí	s		CEP
CEP		oi ogo	<u> </u>	uuuo	Lotado	" "	•		<b>0</b> L.
Comercial									
Residencial									
TE	ELEFO	ONES							
Time		DDI		DDD	Tele	6		Day	
Tipo		DDI		DDD	reie	rone		Rar	nai
ESC	OLAF	RIDAD	Е						
Escola; Cidade; País	Curs	0	In	ício	Término	Cer	tificac	do	Nível
	0 4.10	•		.0.0					111101
				TILAG	ÃO (40 1 )	<u> </u>	100.44	<u> </u>	
CURSOS DE CURTA DURAÇÃO N INCLUINDO CURSO						359 F	IORAS	S),	
Nome do Curso			Lo	cal do	Curso		Card	а Но	rária

			EXPERIÊNCIA PR	ROFISSI	ONAL		<u>'</u>
A partir	partir da data:  Até (data):  Experiência:						
Cargo:					Empreg	ador:	
Supervi	sor						
Cidade/	Estado:						
Atividad	les:						
Número	e tipo de e	mpregados	s supervisionados				
Para cad	da experiên	cia profiss	ional em ordem crono	lógica, a	acrescentar	um quad	ro acima.
			LÍNGUAS ESTR	<b>ANGEIR</b>	AS		
Língua	Leit	ura	Escrita	Co	nversação		Compreensão
	(Com faci	lidade ou	(Com facilidade ou		facilidade c	ou (Co	m facilidade ou com
	com dific		com dificuldade)		dificuldade)	,	dificuldade)
	30	<del>, , , , , , , , , , , , , , , , , , , </del>				<u>'</u>	amounday,
			ESPECIALII	DADES			
No quad	dro abaixo v	ocê deverá	listar um máximo de du	as espec	cialidades, d	e preferêr	icia as que estejam
	dir	etamente re	elacionadas com o objet	to de cor	tratação do	seu códig	0.
		ESPECIA	LIDADE		TEMPO	DE EXPE	RIÊNCIA (ANOS)
							, ,
		F	AMILIARES EM ORG.	INTERN	ACIONAIS		
N	ome		Org. Internaciona			Pa	rentesco
	01110		Org. m.o.maoiona	•			ii ontocoo
DECLINA	O DO CUDE	NOUL OF A		-1			
			e acordo com o perfil		no coalgo a	que esta	concorrendo, fazer
um resui	mo da exper	riencia profi	ssional e respectivo per	1000):			
DATA _	/	/	ASSINATURA				